

A importância da revitalização da Rua 14 de Julho para o fortalecimento da identidade cultural de Campo Grande, Mato Grosso do Sul/MS, Brasil

The importance of 14 de Julho street's revival for strengthening cultural identity of Campo Grande, Mato Grosso do Sul/MS, Brazil

Daniela Sottilli Garcia (GARCIA, D. S.)^{*},
Josiane Agostini de Almeida Reis (REIS, J. A. de A.)^{**} e
Luciana de Jesus Rabêlo Silva (SILVA, L. de J. R.)^{***}

RESUMO - O objetivo deste artigo foi analisar a proposta de revitalização da Rua 14 de Julho, principal rua comercial do centro urbano de Campo Grande – Mato Grosso do Sul/MS (Brasil), no intuito de contribuir para o fortalecimento da identidade cultural da cidade e incentivar o desenvolvimento do Turismo Cultural. Como objetivos específicos, propôs-se averiguar por meio de fontes bibliográficas e documentais, como ocorreu o processo de formação da cidade e como se planejou a revitalização de seu centro urbano; e por fim, analisar a revitalização da Rua 14 de Julho, comparando-a com os exemplos das cidades de Curitiba – Paraná/PR (Brasil) e Florianópolis – Santa Catarina/SC (Brasil), que tiveram algumas ruas ou o centro revitalizado. Para esta pesquisa foram utilizados o método comparativo e observação *in loco*, além de pesquisa bibliográfica e documental. Por meio deste estudo, desenvolvido no ano de 2014, foi possível afirmar que a revitalização atingirá o objetivo proposto caso sejam devidamente seguidas às diretrizes e estratégias propostas no Plano de Revitalização (2010), pois, entre outros benefícios, a realização desta revitalização na íntegra, poderá contribuir com o desenvolvimento do Turismo nesta cidade, fortalecendo, sobretudo, a identidade cultural do campo-grandense e por meio disso, incentivar o desenvolvimento do Turismo Cultural.

Palavras-chave: Turismo; Revitalização; Identidade; Cultura.

ABSTRACT - The objective of this article was to analyze the revitalization proposal of the 14 de Julho Street, the main commercial street in the urban center in Campo Grande

* Formação: Graduação em Turismo pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Atividade profissional: Professora Efetiva da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) nos cursos de Turismo e de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão Pública e Privada do Turismo. Membro dos Grupos de Turismo: planejamento, gestão e desenvolvimento – PLANGEDTur, e GREFRONTER. Coordenadora Geral de Estudos e Pesquisas da Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul – FUNDTUR. Endereço físico para correspondência: Av. Dom Antônio Barbosa (MS-080), 4.155. CEP: 79115-898 - Campo Grande – MS (Brasil). E-mail: sottilli@uem.br

** Formação: Graduação em Turismo pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Endereço físico para correspondência: Rua João Vieira de Almeida, 1225. CEP: 79115-440 - Campo Grande – MS (Brasil). E-mail: josiane_agostini@hotmail.com

*** Formação: Graduação em Turismo pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Mestrado em Letras pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Professora Efetiva da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) no curso de Turismo. Endereço físico para correspondência: Av. Dom Antônio Barbosa (MS-080), 4.155. CEP: 79115-898 - Campo Grande – MS (Brasil). E-mail: lucianarabelo@uem.br

– Mato Grosso do Sul (Brazil), in order to contribute to the empowerment city's cultural identity. As specific goals , it was proposed to ascertain through bibliographic notes and documentary references how was the formation process of the city as well as how the urban center renewal has been engineered; examining the 14 de Julho street revitalization, comparing with the examples from the cities Curitiba, located in the state of Paraná (Brazil) and Florianópolis, situated in the state of Santa Catarina (Brazil), which had some of their streets and centers revitalized; moreover, checking if this revitalization process will be able to contribute for the cultural identity empowering of the Campo Grande's population. In this research were used the comparative method and the “*in loco*” observation, besides, the bibliographic search and documental one. By means of this study worked in 2014, it was possible to assert that it will reach the declared aim as long as the guidelines and strategies proposed at the Revitalization Plan (2010) are properly followed, Because, among other benefits, the achievement of this revitalization in full, it will be able to contribute to the development of the tourism in this city, strengthening, above all, the cultural identity of the Campo Grande's population, and thereby, to incentivize the development of the cultural tourism.

Key words: Tourism; Revitalization; Identity; Culture.

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve como problema norteador analisar, qual a importância da revitalização do Centro da cidade de Campo Grande para o fortalecimento da identidade cultural do campo-grandense e para o desenvolvimento do turismo cultural.

O “Plano para Revitalização do Centro de Campo Grande”, capital do Estado de Mato Grosso do Sul, teve o seu início no dia 25 de março de 2009, quando o então prefeito da cidade, Nelson Trad Filho assinou a ordem para a elaboração do Plano Local das Zonas Especiais de Interesse Cultural da Região Urbana do Centro – ZEIC’s, com a finalidade de valorizar e preservar o patrimônio histórico, ambiental, arquitetônico e paisagístico da cidade (PMCG, 2010).

Esse ato marcou o início de um novo tempo para a cidade, pois, ao promover o resgate da história, revitalizou e despoluiu visualmente as principais ruas do centro urbano, além de implantar um projeto promovendo o enriquecimento cultural da população através de um espaço para apresentações culturais proporcionando assim lazer e descanso para quem usufruir deste espaço, além de incentivar a valorização da cultura campo-grandense.

A Rua 14 de Julho, objeto de estudo deste artigo, desde a vinda da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB), no ano de 1914, destacou-se dentre as demais como sendo a principal rua comercial da cidade e também a preferida dos moradores para as manifestações político-culturais, permanecendo assim, ainda que apenas no sentido comercial (MACHADO, 2008), sendo a mais beneficiada pelo Plano de Revitalização, pois, segundo o projeto, teria alteração nas vias de circulação de veículos para que as calçadas fossem ampliadas e para a existência de uma área destinada ao lazer e a apresentações culturais, privilegiando assim, os pedestres que por ela se locomovem diariamente.

Mesmo sendo tão importantes no contexto histórico-cultural da cidade, os prédios e os monumentos da Rua 14 de Julho foram sendo camuflados pelos grandes letreiros e placas de publicidade das lojas que funcionam nessa rua, ou mesmo através do abandono e descaso de seus proprietários ou inquilinos, que há anos nem sequer a pintura das fachadas realizavam. Sendo assim, apenas os que viveram o auge da Rua 14 de Julho, ou aqueles que se interessavam pela preservação da história e da cultura da

cidade, conseguiam enxergar a beleza e importância dessa rua no processo de identificação cultural da cidade de Campo Grande.

Diversos autores discorreram sobre a importância do patrimônio preservado para acrescentar ao morador o seu apego e reforçar o sentimento de pertença à localidade onde vive, dentre eles pode-se citar Beni (2000), Barretto (2000/2013), Adams (2002), Le Goff (2003), Choay (1996), Gonçalves (2007), e vários outros que abordaram o tema patrimônio cultural e identidade local.

Gonçalves (2007, p. 155) ressalta que os patrimônios culturais:

[...] são estratégias por meio das quais grupos sociais e indivíduos narram sua memória e sua identidade, buscando para elas um lugar público de reconhecimento, na medida mesmo em que as transformam em ‘patrimônio’. Transformar objetos, estruturas arquitetônicas, estruturas urbanísticas, em patrimônio cultural significa atribuir-lhes uma função de ‘representação’ que funda a memória e a identidade [...].

Na citação acima o autor faz menção sobre a importância que os vários signos produzidos pelas sociedades assumem na formação e no fortalecimento da identidade de um grupo social, o que reforça o tema proposto por este artigo.

Dessa forma, o “Plano para Revitalização do Centro de Campo Grande” poderá vir a ser um instrumento de fundamental importância para se alcançar o propósito do resgate da história da principal rua do centro da cidade, bem como contribuir para o fortalecimento da identidade cultural da cidade citada, através do aumento do sentimento de pertença em seus moradores, e consequentemente incentivar o desenvolvimento do Turismo Cultural para esta capital.

2 HISTÓRICO DA CIDADE DE CAMPO GRANDE

Conforme relata Pereira (2002), José Antônio Pereira, mineiro de Monte Alegre em Minas Gerais, no dia 21 de junho de 1872 chega ao “Campo Grande”, como era conhecida a região onde está situada a cidade de Campo Grande e, tendo encontrado a região desabitada e com o solo bastante fértil, escolhe a confluência de dois córregos (mais tarde por ele batizados de Segredo e Prosa), para fixar-se e fundar um povoado. O mesmo autor menciona que José Antônio Pereira, retorna a Monte Alegre para buscar

seus familiares e no dia 14 de agosto de 1875, chega definitivamente ao “Campo Grande” trazendo consigo uma comitiva com 61 pessoas, 11 carros de boi, cavalos e gado para tomar posse definitivamente das terras batizando-a de Arraial de Santo Antônio do Campo Grande.

Em 1899, o governo da Província de Mato Grosso cria o Distrito de Paz de Campo Grande, e dez anos mais tarde, no dia 26 de agosto de 1909 é elevado à categoria de vila e município (ARCA, 2011).

O aumento vertiginoso da população campo-grandense aconteceu a partir da vinda da Ferrovia Noroeste do Brasil (NOB) para Campo Grande no ano de 1914. (OLIVEIRA NETO, 2005). De acordo com este mesmo autor, a construção da ferrovia que a princípio interligaria a cidade de Bauru em São Paulo à cidade de Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso, sofre uma alteração e em 1907 é definido que ao invés de Cuiabá, o destino final para a Estrada de Ferro seria a cidade de Corumbá, tendo uma estação em Campo Grande. Campestrini e Guimarães (1997, p. 111) resumem a vinda da NOB para Campo Grande da seguinte maneira:

Em 1908, no governo de Afonso Pena, foi abandonado o projeto Itapura-Cuiabá, optando-se por Itapura-Corumbá. Emílio Schonoor, encarregado de estabelecer o traçado, incluiu nele a cidade de Campo Grande. A implantação da linha teve duas frentes: uma partiu (em 1908) de Porto Esperança, enfrentando a serrania, os charcos do Pantanal e a malária; pouco depois, começou a de Três Lagoas. Os trilhos encontraram-se, na estação Ligação, nos arredores de Campo Grande, em 1914, possibilitando a ligação férrea entre Bauru e Porto Esperança, fazendo-se a travessia do rio Paraná, em Três Lagoas, por *ferry-boat*.

Segundo Cabral (1999), a inclusão de Campo Grande no traçado da ferrovia possibilitou o aumento das transações comerciais com o restante do país, facilitando assim a vinda de muitos imigrantes para Campo Grande repercutindo no aumento da população da cidade, assim, vários empreendimentos foram se instalando no local próximo a estação ferroviária, a fim de dar suporte aos funcionários que trabalhavam na construção da ferrovia.

Costa (1999) afirma que, Campo Grande alcançou desde cedo certa independência em relação ao governo do Estado de Mato Grosso: “no inicio dos anos 30 era uma cidade praticamente independente. Forte no comércio, se alicerçava sua economia, ostentava ares de metrópole...” (COSTA, 1999, p. 76).

Corrêa (1999) destaca que vários foram os movimentos e representações pleiteando a divisão de Mato Grosso até que no ano de 1977, por iniciativa do Presidente da República Ernesto Geisel, foi criado por meio da Lei Complementar nº 31, de 11 de julho de 1977 o Estado de Mato Grosso do Sul, desmembrando-o do Estado de Mato Grosso, tendo por capital a cidade de Campo Grande.

Costa (1999) relata que as últimas décadas do século XX foram marcadas por grandes progressos na infraestrutura da cidade como a abertura de estradas e recursos para a urbanização. Surgiram novos bairros, *shoppings*, universidades, atraindo assim cada vez mais moradores para esta cidade, pessoas vindas das mais diversas regiões do Brasil e do mundo (COSTA, 1999) e que foram de vital importância para a formação étnica e cultural da cidade.

Em 2007, Campo Grande comemorou 30 anos de capital, com um perfil metropolitano e com a população das mais variadas origens, manifestando em sua cultura toda essa miscigenação que foi tão peculiar em sua formação ao longo da História (ARCA, 2011).

Em 2015, passados 143 anos de sua fundação, Campo Grande possuía uma população de 853.622 habitantes, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (IBGE, 2015), sendo que no censo realizado em 2010, a população contabilizada foi de 786.797 habitantes (IBGE, 2010).

3 A FORMAÇÃO ÉTNICA DE CAMPO GRANDE

O sociólogo Cabral (1999), em seus estudos discorre sobre a formação étnica e demográfica a que foi submetida Campo Grande desde os seus primórdios ressaltando que o movimento migratório foi o principal responsável pelo aumento da população campo-grandense. Ainda de acordo com este autor, os mineiros foram os primeiros a migrarem para Campo Grande, sendo seguidos pelos gaúchos. Contudo, complementa que os afrodescendentes também contribuíram para a formação étnica de Campo Grande. Nos primeiros anos do século XX, Tia Eva, uma ex-escrava vinda de Goiás chega a Campo Grande juntamente com seus descendentes e se instala ao norte da pequena vila (atualmente Jardim Seminário). (CABRAL, 1999).

Com a vinda da NOB, muitos japoneses que vieram de São Paulo trabalhar na construção da ferrovia, decidiram permanecer ao término da empreitada e por serem experientes no cultivo de lavouras, passaram a produzir hortifrutigranjeiros em colônias nos arredores da cidade (CABRAL, 1999).

Ainda segundo Cabral (1999), outro grupo que participou ativamente da construção da identidade cultural de Campo Grande foram os árabes. Observando serem estes vindos de vários países do Oriente Médio como Líbano, Turquia e Síria chegaram primeiro em Corumbá, atraídos pela prosperidade daquele lugar montaram seus comércios. O autor relata que Campo Grande se firma como o principal entreposto comercial do estado após a chegada da ferrovia, estes comerciantes migraram para a cidade a fim de instalarem seu comércio.

De acordo com Oliveira Neto (2005) considera-se a relevância da presença desses dois grupos de imigrantes em Campo Grande, chegando a afirmar que, culturalmente, a presença de árabes e japoneses em Campo Grande tem uma importância tão marcante que até a década de 70 do século XX, “era comum ouvir dos moradores do lugar a definição de Campo Grande como uma ilha de turcos cercada de japoneses por todos os lados” (OLIVEIRA NETO, 2005, p. 100).

O intendente municipal de Campo Grande, Arlindo de Andrade Gomes, no ano de 1921 afirmou que “a população que chega de toda a parte, ricos e operários, acabará modificando os hábitos rotineiros, dando uma nova alma à política, inoculando nos homens que dominam, que constituem os governos, a vontade de progredir, o gérmen da ação, a ideia do trabalho” (GOMES, 2004, p. 57).

Nesse sentido, considerou-se ter ficado claro que ainda no início do século XX, Campo Grande já apresentava a sua principal característica que predomina as múltiplas culturas de diferentes nacionalidades ou regiões brasileiras e que somadas, caminham para uma cultura que possa traduzir a identidade da cidade de Campo Grande.

Ainda se fundamentando em Cabral (1999), portugueses, italianos, espanhóis, armênios, palestinos, paraguaios, bolivianos, gaúchos, catarinenses, paranaenses, mineiros, paulistas, nortistas (principalmente rondonianos) e nordestinos vieram para Campo Grande em busca de novas oportunidades e acabaram por contribuir para o que ele chama de “caldeamento cultural” existente na cidade, este ainda em fase de construção de acordo com Sottilli (2013).

Cabral (1999) cita dados dos censos realizados desde 1920 até o ano de 1996, e mostra que a presença de migrantes sempre foi bem representativa, nem tanto pelo número de pessoas (entre os anos de 1970 e 1980, os migrantes correspondiam a cerca de 30% da população campo-grandense) e sim pelas fortes características culturais que possuíam. O autor afirma que:

[...] é das múltiplas influências oferecidas pelas diferentes culturas para cá trazidas que se tem urdido a identidade campo-grandense. Nesse processo, agregam-se novos traços, redefinem-se uns, outros são suprimidos e nessa dinâmica inventa-se e recria-se aquela identidade que, em processo de construção, mantem-se aberta aos adventícios, posto que receber gente oriunda de outras partes, estrangeiras ou não, tem sido uma das matrizes de sua formação, desde a gênese (CABRAL, 1999, p. 55).

Essa mistura de cultura dos diversos povos resultou em uma cultura própria, típica de Campo Grande, sendo que Sottili (2013, p. 53) chegou a fazer o seguinte questionamento para se chegar a este resultado: “É possível uma sociedade viver sob uma não identidade? E sobre múltiplas identidades?”. A estas perguntas a autora concluiu que “por entender que uma identidade está em constante processo de construção [...] a cidade de Campo Grande, por meio de sua população, está na formação de sua identificação. Considera ainda que essa não caminha para uma identidade una, mas múltipla, relacionada, sobretudo, à sua diversidade cultural” (SOTTILI, 2013, p. 246).

A mesma autora enfatizou que Campo Grande está ainda no processo de formação de sua identidade cultural, e por assim entender, pode-se presumir que um projeto que resgate a história, bem como a cultura dos povos que nela habitam, poderia contribuir nesse processo de identificação.

Serpa (2007) considera que no processo de construção da identidade de um lugar, sendo a “diferença” de identidades que o caracteriza em sua fundação, essa diferença acaba por unir-se gerando uma igualdade, ou seja, uma nova identidade para o lugar.

Para Hall (2006, p. 13): “A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia”. O autor afirma ainda que ela sempre permanecerá incompleta, pois sempre estará em processo de formação. Seguindo o pensamento desse autor, Campo Grande que possui uma mistura tão grande de povos, dificilmente chegará a

uma cultura una, e isso talvez seja o que mais a caracterize, formando a sua própria identidade ou a sua “não identidade”.

Serpa (2007) afirma que as sociedades da modernidade são caracterizadas pela diferença, e que essas diferenças acabam por criar novas identidades. Sendo assim, o autor considera que o termo correto a ser utilizado seria identificação e não identidade, isso porque é um processo, isto é, inacabado.

Entendendo que as diferenças na sociedade acabam por criar novas identidades, e que o processo não está pronto, mas em construção, revitalizar um espaço que já foi um importante símbolo de identificação para grande parte dessa sociedade poderia contribuir e muito nesse processo.

Dentre todas as ruas da cidade, houve uma que por muitas décadas ocupou uma posição de destaque entre todas as demais, centralizando as manifestações artísticas, culturais e políticas da população campo-grandense – a Rua 14 de Julho que será vista em detalhes a seguir.

4 A RUA 14 DE JULHO E SUA IMPORTÂNCIA PARA CAMPO GRANDE

Machado (2008) relata que foi o vereador Miguel Garcia Martins que no final da primeira década do século XX propôs o nome 14 de Julho para o “beco” como era conhecido o principal trilheiro da cidade. Ainda segundo este autor, o nome foi escolhido em homenagem a Queda da Bastilha no ano de 1789, um evento que foi decisivo para o início da Revolução Francesa. (MACHADO, 2008).

Segundo Machado (1991), apesar de não ser a rua mais antiga da cidade, a Rua 14 de Julho assumiu desde cedo o posto de principal rua da cidade, principalmente devido a ser o caminho mais usual para se chegar à estação ferroviária, obtendo assim a preferência dos comerciantes para a instalação de seus negócios. Para Oliveira Neto (2005), esta preferência não era por acaso: a Rua 14 de Julho possuía o Jardim Público que fora planejado para ser o ponto de encontro da sociedade local, dessa forma os moradores da Rua Velha (26 de Agosto) preferiam ir à Estação de Trem pela Rua 14 de Julho ao invés da Rua Santo Antônio, como se chamava anteriormente a Rua Calógeras.

A Rua Calógeras foi a contemplada com a Estação Ferroviária, porém a Rua 14 de Julho que ficava ao lado é que foi a eleita pelos comerciantes que chegaram instalando armazéns, hospedarias e lojas, com o intuito de atender à demanda da população da cidade, e principalmente, a dos trabalhadores da ferrovia e de seus familiares (MACHADO, 1991).

Oliveira Neto (2005) cita outro fato que levou os campo-grandenses a consagrarem a Rua 14 de Julho como a rua das manifestações políticas e sociais da cidade: a construção do monumento do relógio em 1933, na esquina da Rua 14 de Julho com a Avenida Afonso Pena. Ao redor desse relógio aconteciam comícios de campanhas políticas, manifestações populares, *shows* de artistas e também o *footing* dos campo-grandenses, isso porque no auge do movimento nas décadas de 50 e 60, o “Relógio da 14” se tornara o local preferido pelos jovens para o descanso ou mesmo para paqueras. Ainda de acordo com este autor, por conta de todo esse movimento, a Rua 14 de Julho desde a vinda da NOB para Campo Grande foi se consagrando pouco a pouco como a principal rua da cidade.

Citando ainda Oliveira Neto (2005), a Rua 14 de Julho, juntamente com a Avenida Calógeras, a Rua Cândido Mariano Rondon e a Rua Dom Aquino, centralizam as atividades econômicas no centro urbano de Campo Grande, possuindo a maior movimentação de pedestres da cidade principalmente aqueles que utilizam o transporte coletivo, ainda que esse movimento ocorra apenas durante o horário comercial, ficando desocupada à noite.

A rua que durante quase um século centralizou praticamente todos os tipos de movimentos políticos e sociais da cidade e que se encontrava em um estado quase de abandono, foi contemplada em 2010, através do Plano para Revitalização para o Centro de Campo Grande com o projeto propondo reativar não apenas a sua história, mas também criar um novo espaço de lazer e cultura para a população campo-grandense. (PMCG, 2010).

Choay (1996) cita que um patrimônio preservado tem o poder de mexer com os sentimentos de quem o contempla, o admira. “O monumento trabalha e mobiliza a memória coletiva por meio da emoção e da afetividade, fazendo vibrar um passado selecionado, com vistas a preservar a identidade de uma comunidade étnica, religiosa, nacional, tribal ou familiar” (CHOAY, 1996, p. 4-5). O monumento ao qual a autora se

refere pode ser considerado um patrimônio histórico-cultural, pois, se trata de um patrimônio histórico material (físico), porém assume uma grande proporção ao ser assimilado pela população como algo que represente a história de seu povo, gerando o reforço de sua identidade a esta história.

Nisso se enquadra a Rua 14 de Julho, rua que desde os seus primórdios sempre representou e continua representando a história do povo campo-grandense.

5 PLANO PARA REVITALIZAÇÃO DO CENTRO DE CAMPO GRANDE

A Prefeitura Municipal de Campo Grande, por entender a importância que o patrimônio histórico-cultural possui na formação e no reforço da identificação de um povo, deliberou o Plano para Revitalização do Centro de Campo Grande (PMCG, 2010), onde a primeira ação a ser implementada foi a limpeza das fachadas dos prédios que compõem o perímetro definido como “Zona Especial de Interesse Cultural do Centro – ZEIC C01”, do qual a Rua 14 de Julho faz parte.

O projeto Cidade Limpa (ou Reviva Centro) previsto no Decreto nº 11.510, de 23 de maio de 2011(PMCG, 2011), foi implantado em Campo Grande no primeiro semestre de 2012, sendo dividido em quatro etapas onde todos os proprietários de lojas localizadas na ZEIC C01 foram obrigados (sob pena de sanções administrativas) a padronizar os letreiros e anúncios indicativos de suas lojas com o propósito de não obstruírem os elementos arquitetônicos das fachadas, promovendo assim a sua valorização. As etapas foram distribuídas por prédios localizados nas ruas que compõem o quadrilátero central, ficando assim distribuídas:

Etapa 1: avenida Afonso Pena, rua Alan Kardec, rua Dom Aquino, avenida Presidente Ernesto Geisel, avenida Mato Grosso e rua Calógeras;

Etapa 2: avenida Mato Grosso, avenida Ernesto Geisel, limite norte da área da Missão Franciscana, seguindo até a rua 14 de julho, a rua 14 de julho, rua Eça de Queiroz, rua 13 de Maio, rua Pernambuco e rua Rui Barbosa;

Etapa 3: avenida Mato Grosso, rua Rui Barbosa, avenida Afonso Pena e rua Calógeras;

Etapa 4: avenida Mato Grosso, rua Padre João Crippa, avenida Afonso Pena, rua Pedro Celestino, avenida Fernando Corrêa da Costa, rua Rosa Cruz, avenida Ernesto Geisel, avenida Afonso Pena e rua Rui Barbosa.

Após o início do projeto de revitalização, vários prédios que foram construídos nas primeiras décadas do século XX se tornaram visíveis a todos os que passavam por eles, isso porque outrora os *banners* e placas que identificavam as lojas do comércio camuflavam ou escondiam suas fachadas, não sendo possível contemplar a beleza e a riqueza de detalhes por meio de sua arquitetura e patrimônio histórico cultural.

Segundo Silva (2006, p. 27), “todo fragmento urbano antigo deve ser integrado no Plano Diretor Local, Regional e Territorial, que simboliza sua relação com a vida presente”. O que a autora cita vem confirmar a importância da preservação ou da revitalização de fragmentos do passado, que assumem no presente o poder de contar a história de um povo ou de uma nação. Para a autora: “A história e a memória são atributos que indiscutivelmente conferem identidade aos lugares e, portanto, imprimem autenticidade nas propostas de revitalização de sítios históricos urbanos” e ainda ressalta que “o uso do patrimônio é a maior garantia da sua conservação” (SILVA, 2006, p. 36).

Pinheiro e Santos (2012) citam que “é a partir da junção entre turismo e cultura que os gestores públicos passam a valorizar o turismo como uma oportunidade de desenvolvimento econômico e social para uma localidade ou região”. Tal assertiva vem confirmar o que se propôs no Plano para Revitalização do Centro de Campo Grande: valorizar a cultura campo-grandense e assim buscar o desenvolvimento econômico e social da cidade.

Quando se criam estratégias para a utilização do patrimônio histórico-cultural, como no caso existe o projeto para a Rua 14 de Julho de alargamento de suas calçadas e a implantação de uma área de lazer com paisagismo e bancos para descanso, além de um espaço destinado a apresentações culturais, isso poderá se tornar a garantia de que o espaço será conservado e contribuirá para a formação do sentimento de pertença em seus moradores e consequentemente, o reforço de sua identidade.

Menegazzo (1999, p. 227) reconhece que “os espaços culturais têm a propriedade de concentrar bens materiais, que possibilitam a leitura do imaginário de uma determinada coletividade” e afirma ainda que “são os espaços que permitem que as

práticas culturais do presente se manifestem” (MENEGAZZO, 1999, p. 227). Dessa forma, com a revitalização do centro a Rua 14 de Julho não será apenas uma rua histórica da cidade, mas sim um espaço cultural que possibilitará o resgate da história, propiciando manifestações sócio-culturais que darão continuidade no processo de construção da identidade cultural da cidade.

Conforme Pinheiro e Santos (2012), mesmo que os processos de revitalização de áreas centrais das cidades tenham por principal objetivo a valorização econômica, além da construção de uma imagem positiva do lugar, os projetos devem ultrapassar os aspectos físicos (re) ativando o sentimento de pertencimento nos moradores, bem como valorizar culturalmente, historicamente, socialmente e economicamente estes centros urbanos.

Por sua vez Bahl (2004), cita a importância do estabelecimento de uma política cultural e os benefícios que ela pode trazer como estimular o resgate da cultura de um local, incentivar a conservação e restauração da arquitetura típica, entre outros tantos benefícios. Dentre estas políticas, o mesmo autor destaca algumas ações que podem ser realizadas com o objetivo de desenvolvimento do turismo cultural: realização de atividades que possibilitem o resgate da memória do local; delimitação de áreas ou locais que contenham edificações ou elementos culturais e históricos mais expressivos, determinação e desenvolvimento de programas e projetos que promovam a revitalização de bairros, ruas e prédios (BAHL, 2004, p. 46-47).

Robertson (2001) afirma que o sucesso dos projetos de revitalização de centros históricos só é possível quando há êxito nas parcerias entre o poder público e a iniciativa privada e quando isso acontece, ocorre a valorização da cidade e consequentemente o resgate da autoestima dos moradores.

No caso de Campo Grande, várias reuniões entre o setor público, comerciantes e representantes da população ocorreram a fim de discutir o projeto em questão.

6 METODOLOGIA

O estudo foi realizado na cidade de Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul, região Centro-Oeste do Brasil, situada no Planalto Sedimentar do

Paraná, tendo o seu território delimitado pelas latitudes de 20° e 13' Norte: 21° e 34' Sul e, as longitudes de 53° 36'15" Leste e, 54° 38 47" Oeste, limitando-se com os municípios de Jaraguari, Rochedo, Terenos, Sidrolândia, Nova Alvorada do Sul e Ribas do Rio Pardo (SALGADO, 2001).

O principal objeto de estudo deste trabalho compreendeu a área da Rua 14 de Julho, mais precisamente entre as ruas 26 de Agosto e a Avenida Mato Grosso. São nove quarteirões onde se concentrava a maior parte dos prédios históricos do município devido ao desenvolvimento da região, principalmente após a construção da Ferrovia Noroeste do Brasil.

Para a pesquisa foram utilizados os métodos histórico, comparativo e observação *in loco*, além de pesquisa bibliográfica e documental (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Segundo Marconi e Lakatos (2003), o método histórico consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade vigente, esse método foi escolhido para esta pesquisa porque para entender o processo de formação identitária da cidade de Campo Grande, fazia-se necessário conhecer como ocorreu o seu processo de formação.

Outro método que mostrou ser de grande eficácia foi o comparativo. Segundo Marconi e Lakatos “este método realiza comparações, com a finalidade de verificar similitudes e explicar divergências” e “é usado tanto para comparações de grupos no presente como no passado, ou entre os grupos existentes e os grupos do passado, quanto entre sociedades de iguais ou de diferentes estágios de desenvolvimento” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 107).

A observação *in loco* foi utilizada, pois segundo Alvarez (1991, p. 560), a observação é o “único instrumento de pesquisa e coleta de dados que permite informar o que ocorre de verdade, na situação real, de fato”.

Na pesquisa bibliográfica, foram consultadas diversas obras de historiadores para relatar com a maior fidelidade possível os acontecimentos que marcaram a história da cidade, com o propósito de fundamentar teoricamente o trabalho. Para Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa bibliográfica consiste no levantamento de toda bibliografia já publicada, tendo como finalidade fazer com que o pesquisador entre em contato direto com todo o material escrito sobre um determinado assunto, auxiliando na análise de sua pesquisa ou na manipulação de informações.

A pesquisa documental foi utilizada através de consultas às leis, decretos e documentos da administração pública.

Por fim, foi possível realizar a análise do Plano para a Revitalização do Centro de Campo Grande, obtendo-se um panorama mais completo sobre a questão, por meio de considerações mais consistentes, possibilitando analisar o papel da revitalização do Centro e em especial da Rua 14 de Julho no fortalecimento da identidade de Campo Grande.

7 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Se for feita uma comparação entre Campo Grande e Curitiba, é possível perceber que as duas capitais possuem semelhanças quanto ao processo de formação cultural e étnica. Macedo (2014) cita o caldeamento cultural da cidade de Curitiba a partir da vinda de imigrantes de diversas nacionalidades como Itália, Alemanha, Polônia, Ucrânia, Japão (estes chegaram um pouco mais tarde) e países árabes, imigrantes estes que em massa se instalaram na cidade a partir de 1800, estimulados em grande parte pela construção da Estrada de Ferro Paranaguá-Curitiba.

O autor relata também que estes imigrantes se somaram aos tropeiros vindos do Rio Grande do Sul, que utilizavam Curitiba como um entreposto comercial para as suas viagens até Sorocaba em São Paulo (de onde o gado era levado para Minas Gerais), e claro, aos índios moradores natural da área.

De acordo com Sottilli (2013), esse caldeamento cultural também existe na formação cultural e étnica de Campo Grande, outra semelhança entre as duas cidades segundo Macedo (2014) é o fato de Curitiba também possuir vocação para o turismo de negócios, assim como ocorre em Campo Grande.

Tendo em vista essas semelhanças, principalmente no que concerne à formação étnica e cultural das duas cidades, e a multiplicidade de culturas e identidades que compõem a população, optou-se por tomar a cidade de Curitiba como um exemplo onde o patrimônio histórico e cultural é devidamente respeitado, por meio de políticas públicas que visam a revitalização e conservação, o fortalecimento do sentimento de

pertença e o orgulho de fazer parte da construção da história da cidade decisivamente para a formação da identidade do lugar.

Amanda Bahl (2010, p. 6) relata que: “Para muitos, a identidade curitibana é de modernidade, de consumismo e de evolução, mas ainda existem resquícios de meios de vida mais interioranos e antigos, como os armazéns da cidade”. Mais uma vez isso aproxima as duas cidades e em especial com a Rua 14 de Julho, local onde a nostalgia de um tempo de prosperidade e de relações sociais foi bastante intensa. A autora cita o cinema como uma importante ferramenta para o resgate cultural e identitário de uma cidade. Aqui cita-se a revitalização de uma rua que concentrou praticamente todas as atividades comerciais, políticas e sociais da cidade ao longo de quase um século para que haja esse resgate.

Segundo Procopiuck e Djalo (2008), a revitalização do centro histórico da capital paranaense teve início em 2005 com discussões e propostas e em 2008, através da iniciativa do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), da Prefeitura e da Federação do Comércio, ambas de Curitiba, conceberam o “Projeto de Revitalização do Entorno do Paço da Liberdade”, que restaurou ruas, fachadas, monumentos e empresas da região, tendo como objetivo principal resgatar a cultura, a história e o comércio local do centro de Curitiba. Não entrando na questão do processo de gentrificação que é uma crítica feita por alguns autores, Procopiuck e Djalo (2008) afirmam que a revitalização fez com que as pessoas que haviam abandonado o centro da cidade devido à sua degradação e ao aumento da violência, retornassem a esses locais e o utilizassem como ponto de encontro para lazer e realização de suas compras, contribuindo assim no processo de valorização do local e consequente aumento de apego por ele.

Outra cidade que se pode citar como exemplo de revitalização do centro e em especial de uma rua e que contribuiu para o resgate e fortalecimento da identidade do local é Florianópolis, capital de Santa Catarina. Segundo Barreto (2013), por iniciativa de comerciantes locais e da Associação Comercial e Industrial de Florianópolis realizou-se a revitalização da Rua Vidal Ramos entre os anos de 2007 e 2012. Barreto (2013) cita que essa rua mesmo estando localizada no centro histórico da cidade era muito pouco frequentada e desconhecida pela maioria da população e pelos turistas e após a revitalização tornou-se um *shopping* a céu aberto, tendo a preferência das

pessoas quanto ao seu trajeto. Para a autora, os benefícios foram além: os moradores voltaram a se reunir em grupos nas portas das lojas ou nos bancos da rua, a fim de jogar conversa fora e confraternizar-se resgatando as características que outrora imperavam na cidade entre a população.

O mesmo se espera para a Rua 14 de Julho, configurando os objetivos e estratégias do Plano para Revitalização (PMCG, 2010), pois, o Plano em questão tenta mudar o cenário do centro de Campo Grande através de ações contidas em seu projeto, que preveem o embutimento subterrâneo da fiação elétrica e de telecomunicação, a arborização com espécies nativas, a sinalização de trânsito e turística e o controle da poluição sonora e visual, por meio dessas ações acima descritas, resgatar a imagem do centro urbano de Campo Grande, possibilitando a valorização do sentimento de pertença. Além de estabelecer estratégias para a revitalização que são a valorização do espaço público; a revitalização econômica (dentre as estratégias de revitalização econômica está o estímulo ao desenvolvimento da atividade turística); a proteção do patrimônio histórico, ambiental, arquitetônico e paisagístico; a promoção da animação cultural e melhoria da gestão urbana e ambiental (verificou-se que estes se encontravam estagnados e esquecidos, o que pode ser considerado lastimável, pois poderiam trazer inúmeros benefícios não somente para os moradores no quesito lazer, como também para a economia do município através da vinda de turistas e viajantes para a cidade).

O titular da SEINTRHA (Secretaria Municipal de Infraestrutura, Transporte e Habitação) em maio de 2015, Valtermir Alves de Brito, em entrevista concedida ao *site* de notícias eletrônicas Campo Grande News no dia 25 de maio de 2015, esclareceu que o Plano para a Revitalização finalmente havia entrado em processo licitatório e que nos próximos meses haveria a assinatura do contrato, iniciando assim as obras (BRITO, 2015), porém, isso de fato não ocorreu e as obras não foram iniciadas. Mesmo estando prontos os projetos executivos para a revitalização da Rua 14 de Julho, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) tendo aprovado o financiamento (em torno de US\$ 56 milhões), prevendo os investimentos ao longo de 6 anos, ainda não iniciou sua execução de fato.

Vale mencionar que a troca de gestor municipal no ano 2013 afetou a continuidade do projeto, sendo este deixado de lado pela gestão (2013–2016) talvez em parte por conta do cenário econômico nacional, porém o que se percebeu foi a falta de

vontade política em dar prosseguimento a obras que tiveram outras gestões municipais como idealizadoras.

Souza e Lapa (2015, p. 140) fazem os seguintes questionamentos:

Como esperar que uma população seja patrimonialmente educada a partir da visão cotidiana da degradação de seu bem histórico? Como fortalecer a identidade da comunidade, promovendo a qualidade de vida através do patrimônio, quando se assiste ao esquecimento do seu bem patrimonial representativo?

Nota-se que enquanto os gestores municipais da cidade de Campo Grande não entenderem o turismo como uma oportunidade de alavancar a economia da capital, eles não darão a devida importância ao Plano de Revitalização do Centro, tampouco criaráo mecanismos e projetos para promover o reforço da identidade cultural do povo campo-grandense.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a proposta de revitalização da Rua 14 de Julho, principal objetivo desta pesquisa, observou-se um projeto de revitalização bem elaborado, que contou com ampla discussão dos segmentos envolvidos, porém que por conta da crise política enfrentada pela cidade nos últimos anos, foi deixado de lado, ou não recebeu a devida atenção do poder público na gestão municipal.

Em meados de 2016, passados cerca de 6 anos da criação da Lei que instituiu o “Plano para Revitalização do Centro de Campo Grande”, a única ação concreta que se viu na Rua 14 de Julho foi a despoluição visual das fachadas dos prédios (que foi realizada em 2012 e com recursos dos proprietários dos prédios), sendo que as alterações que dependem da gestão pública municipal não estão sendo implantadas.

Os cabos de energia elétrica e telefônicos continuam expostos em um emaranhado de fios, tirando a beleza da paisagem do local, as calçadas continuam estreitas dificultando assim a passagem de um grande volume de pessoas, o trânsito intenso de veículos intimida o pedestre que precisa atravessar a rua de um ponto ao outro, enfim, a Rua 14 de Julho continua sendo apenas um local para trocas comerciais, utilizada por pessoas que em sua maioria dependem do transporte coletivo para realizar

compras de bens de consumo, ficando bem aquém do idealizado no Plano para Revitalização do Centro de Campo Grande.

Seguindo os exemplos de outras cidades, este Plano de Revitalização poderá alcançar os objetivos propostos, porém se for devidamente implantado, seguindo as diretrizes e estratégias contidas no documento, não esquecendo que para o sucesso do Plano é fundamental que haja o envolvimento da sociedade por meio da conscientização e da participação em todas as etapas do projeto.

Ao atender um dos objetivos específicos desta pesquisa foi possível por meio de fontes bibliográficas e documentais, verificar que a cidade de Campo Grande formou-se a partir da mistura de pessoas advindas de diversas regiões do Brasil e de vários países do mundo, o que gerou um caldeamento cultural muito grande. O estudo apontou também que a revitalização de um centro histórico pode fortalecer a identidade cultural de uma cidade e reafirmar o sentimento de pertença dos moradores locais como aconteceu em Curitiba e Florianópolis, conforme exemplificado.

Após ampla análise e estudos sobre o “Plano para Revitalização do Centro de Campo Grande”, entendeu-se que este plano quando implantado em sua íntegra contribuirá, entre outras coisas, para o sentimento de pertença em seus moradores, fortalecendo a identidade cultural do campo-grandense e, por conseguinte, incentivando o desenvolvimento do Turismo Cultural para esta capital.

9 REFERÊNCIAS

ADAMS, B. **Preservação urbana**: gestão e resgate de uma história. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002.

ALVAREZ, M. E. B. **Organização, Sistemas e Métodos**. São Paulo: McGraw Hill, 1991, v. 1 e 2.

ARCA [Arquivo Histórico de Campo Grande]. Campo Grande: imagens da história. ARCA: **revista do Arquivo Histórico de Campo Grande**, Campo Grande, MS, n. 15, 2011. Edição especial.

BAHL, M. **Fatores ponderáveis no turismo**: sociais, culturais e políticos. Curitiba: Protexto, 2004.

BAHL, A. T.; ALVETTI, C. R. P. Um olhar para a cidade – Vida de balcão. CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUL, 11, Novo Hamburgo, RS, 17 a 19 de maio de 2010. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2010/resumos/R20-1177-1.pdf>>. Acesso em: 04/06/2015.

BARRETO, M. **Turismo e Legado Cultural**: As possibilidades do planejamento. São Paulo: Papirus, 2000. (Coleção Turismo).

_____. Revitalização urbana, lazer e turismo. **Revista Rosa dos Ventos**, 5 (4), p. 592-601, out-dez, 2013.

BENI, M. C. **Análise Estrutural do Turismo**. 3. ed. São Paulo: Senac, 2000.

BRITO, V. A. de. Projeto Reviva Centro volta a debate e prefeitura apresenta consulta pública. Depoimento. [25 maio 2015]. Campo Grande: **Campo Grande News**. Entrevista concedida a Lúcio Borges e Alan Diogenes. Disponível em: <<http://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/projeto-reviva-centro-volta-a-debate-e-prefeitura-apresenta-consulta-publica>>. Acesso em: 12/10/2015.

CABRAL, P. E. Formação étnica e demográfica. In: **Campo Grande**: 100 anos de construção. Campo Grande: Matriz Editora, 1999.

CAMPESTRINI, H.; GUIMARÃES, A. V. **História de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: Tribunal de Justiça, 1997.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. Trad. Luciano Vieira Machado. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade/UNESP, 1996.

CORRÊA, A. N. S. A criação do Estado de Mato Grosso do Sul. In: **Campo Grande**: 100 anos de construção. Campo Grande: Matriz Editora, 1999.

COSTA, C. Evolução urbana. In: **Campo Grande**: 100 anos de construção. Campo Grande: Matriz Editora, 1999.

GOMES, A. A. **O município de Campo Grande em 1922**. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2004.

GONÇALVES, J. R. S. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomáz Tadeu da Silva; Guaracira Lopes Louro – 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

IBGE. [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística] **Sinopse do Censo demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=50&dados=8>>. Acesso em: 30/03/2015.

_____. **Estimativa da população de Campo Grande 2015.** Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=500270&idtema=130&search=mato-grosso-do-sul|campo-grande|estimativa-da-populacao-2015>>. Acesso em: 30/03/2015.

LE GOFF, J. Documento/Monumento. In: **História e Memória**. 5. ed. Campinas: Editora UNICAMP, 2003. p. 525-541.

MACEDO, G. **Instituto Cultural de Curitiba**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2014.

MACHADO, P. **A rua principal**. Campo Grande, MS: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1991. (Pelas ruas de Campo Grande, v. 2).

_____. **Pelas Ruas de Campo Grande**. 2. ed. Campo Grande, MS: Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, 2008.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MENEGAZZO, M. A. Manifestações culturais em Campo Grande: Apontamentos para uma história. In: **Campo Grande: 100 anos de construção**. Campo Grande: Matriz Editora, 1999.

OLIVEIRA NETO, A. F. de. **A rua e a cidade**: Campo Grande e a 14 de Julho. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2005.

PEREIRA, E. B. **História da fundação de Campo Grande**. Campo Grande, MS: Edição do Autor, 2002.

PINHEIRO R. C. dos S.; SANTOS, C. A. de J. Revitalização urbana e turismo: o caso do Centro Histórico de Aracaju (Sergipe, Brasil). **Turismo e Sociedade**, Curitiba v. 5, n. 1, p. 275-294 abr. 2012.

PMGG. [Prefeitura Municipal de Campo Grande]. **Decreto n. 11.510, de 23 de maio de 2011**. Regulamenta parcialmente o capítulo II, que trata da poluição visual no código de polícia administrativa, instituído pela Lei n. 2.909, de 28 de julho de 1992 e o artigo 26 da Lei Complementar n. 162, de 20 de julho de 2010, que trata do controle da poluição visual na zona especial de interesse cultural do centro. Disponível em: <<file:///C:/Users/REIS/Downloads/20110602133525.pdf>>. Acesso em: 25/04/2015.

_____. **Lei Complementar nº 161 de 20 de julho de 2010**. Institui o plano para revitalização do centro de Campo Grande e dá outras providências. Disponível em: <[file:///C:/Users/REIS/Downloads/20100723150741%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/REIS/Downloads/20100723150741%20(2).pdf)>. Acesso em: 22/04/2015.

PROCOPIUCK, M.; DJALO, A. B. Comércio como fator de coesão dos centros urbanos: Caso da revitalização comercial do centro de Curitiba. **Revista Turismo Visão e Ação** – Eletrônica, v. 10, n. 3, p. 313–334, set./dez. 2008.

ROBERTSON, K. Downtown Development Key Trends & Practices. In: **POLICY BRIEF**. v. 8, p. 1-2, 2001 *apud* PROCOPIUCK, M.; DJALO, A. B. Comércio como fator de coesão dos centros urbanos: caso da revitalização comercial do centro de Curitiba, 2008.

SALGADO, E. M. **Mato Grosso do Sul e a mesopotâmia do Prosa e Segredo**. Campo Grande, MS: E. M. Salgado, 2001.

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA, A. P. da. O turismo nos sítios urbanos: o patrimônio para além dos monumentos. In: BARRETO, M. (Org.) **Turismo, cultura e sociedade**. Caxias do Sul, RS: Educs, 2006.

SOUZA, L. H.; LAPA, T. A. O processo de revitalização e atividade turística no “Bairro do Recife” (Recife, Pernambuco, Brasil): interposições ao desenvolvimento humano no contexto das teorias das cidades sustentáveis e da Conservação Integrada. **Turismo e Sociedade**, Curitiba v. 8, n. 1, p. 124-144, jan-abr. 2015.

SOTTILI, D. G. **Identidade cultural e imagem turística projetada da cidade de Campo Grande, Mato Grosso Do Sul**. 261 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

Recebido em: 15-09-2016.

Aprovado em: 15-10-2016.